



**Nuno Malheiro da Silva**  
 Presidente do FOCUS group  
 nuno.malheiro@focusgroup.eu

**É fundamental acabar de uma vez por todas com este clima de suspeição, em que se misturam interesses partidários e pessoais com a adjudicação de obras públicas e o licenciamento de outras a troco de “compensações”**

## A importância da justiça

1. A actualidade mediática nacional tem sido dominada nos últimos dias pelas notícias da detenção de um ex-primeiro-ministro de Portugal. Todos parecem estar de acordo com o princípio básico da justiça, que presume a inocência de qualquer acusado, até à conclusão do julgamento e dos prováveis recursos que se seguirão. No entanto muitos serão os que, inevitavelmente, já fizeram o seu juízo de valor sobre o sucedido tendo em conta os factos que têm vindo a público.

O que não ouvi ainda ninguém referir é o facto de se presumir que a origem dos montantes que alegadamente consubstanciam os crimes de que Sócrates está acusado ser, mais uma vez, o sector da construção. O sector carrega desde o início da crise o peso da responsabilidade que, não sendo inteiramente sua, foi sem dúvida um forte contribuinte. Um dos factores identificados como causador da excessiva dívida pública portuguesa foram os gastos em obras públicas, algumas realmente desnecessárias, ao longo de vários anos, e outro o facto de a crise financeira ter tido origem em situações de grave incumprimento relacionados com o imobiliário e a construção.

É fundamental acabar de uma vez por todas com este clima de suspeição, em que se misturam interesses partidários e pessoais com a adjudicação de obras públicas e o licenciamento de outras a troco de “compensações”.

Todos ouvimos histórias, todos sabemos de casos, que por uma razão ou por outra acabam por ser silenciados ou esquecidos.

Se a justiça for exemplar, justa, mas com mão de ferro, corruptos, activos ou passivos, pensarão melhor duas vezes antes de corromper ou ser corrompidos.

O sector agradecerá e os milhares de profissionais e de detentores de cargos públicos honestos também.

2. Outro dos escândalos que veio a lume foi o relacionado com os Vistos GOLD. Os vários representantes dos partidos da oposição ao Governo vieram de imediato clamar pelo fim dos referidos vistos, alegando que eram a fonte de todos os males. Certamente que esses críticos se esqueceram dos milhões de euros que por essa via entraram na economia portuguesa, no sector imobiliário, e que permitiram, como já escrevi recentemente, limpar o “stock” de produto imobiliário que estava estagnado por força da crise, ajudando a reduzir o elevado nível de endividamento das empresas portuguesas junto dos bancos. O que tem que ser feito, obviamente, é reforçar os mecanismos de controlo da origem dos referidos milhões e da idoneidade dos que se candidatam à obtenção dos vistos.

O que não me parece aceitável é pôr em causa uma medida com efeitos até hoje positivos, porque foram identificados, e aguardam pela acção da justiça, alguns que alegadamente beneficiariam outros a troco de pagamentos ilegais.

3. Também no Brasil foram detidos alguns dos mais altos dirigentes das maiores construtoras brasileiras, acusados de corrupção. Com origem em contratos que envolvem a Petrobras muitos são os imputados. Esperam-se agora também as já anunciadas detenções de muitos políticos que também terão estado envolvidos neste processo. Descobriremos brevemente se o recém-eleito governo de Dilma Rousseff conseguirá resistir a mais este escândalo.

4. Tanto em Angola, como em Moçambique, temos sabido de situações onde os interesses do Estado se misturam com os interesses privados. Alguns jornalistas e políticos portugueses têm aliás sido muito críticos do relacionamento existente entre o Governo e as empresas portuguesas com países onde o nível de corrupção consideram muito elevado. Sempre aprendi que “quem tem telhados de vidro, não deve atirar pedras”. Com as revelações de verdadeiros casos de polícia que se têm sucedido e que, alegadamente, envolvem o ex-primeiro-ministro, o director do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, entre outros, não me parece que Portugal possa ter moral para se assumir como exemplo acusando outros países de fazerem o mesmo.

Este tipo de ruído em países onde muitas empresas portuguesas, honestas, procuram encontrar as oportunidades que faltam em Portugal, deve ser pois evitado.

Portugal não é um exemplo de virtudes, se olharmos para os diversos casos que correm nos tribunais.

A Justiça assume neste momento um peso decisivo para quem é honesto e procura ultrapassar as dificuldades de uma crise que se arrasta e que cujo fim, caso após caso, é sistematicamente adiado.

É importante que a Justiça funcione e é claramente importante que haja Justiça.